

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CERTIFICAÇÃO NO FORMATO ELETRÔNICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Erica Cristina Silva Conceição

Paulo Fossatti

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o recorte de um capítulo da dissertação de mestrado de Erica Cristina Silva Conceição, sob a orientação de Paulo Fossatti, defendida no ano de 2024 para o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade La Salle, Canoas. O tema da pesquisa é a Educação de Jovens e Adultos, no formato de Exame Supletivo Eletrônico, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do estado do Amazonas. A partir do estudo realizado, elaboramos este capítulo trazendo o relato de experiência da pesquisadora Erica, que corrobora para a metodologia aplicada em exercício, denominada pesquisa-formação. Analisamos, diante do relato de experiências da pesquisadora, sobre o Sistema Eletrônico de Avaliação, refletindo

sobre os seus procedimentos atuais na execução das provas eletrônicas.

Buscamos trazer ao estudo as relevâncias pessoal-profissional, acadêmico-científica e social, alinhadas ao relato de experiências na intenção de promover uma reflexão com vistas a conhecer a realidade do processo do Sistema Eletrônico de Avaliação (SEA). Nesse sentido, trazemos apontamentos para ações possíveis por parte da Secretaria de Educação, em sua autonomia como responsável pelo SEA, para que possam potencializar os exames e seus respectivos resultados. Evidenciamos a importância do papel ativo dos participantes das provas, denominado como candidato pelo SEA, o público da Educação de Jovens e Adultos, diante de sua formação educacional, comprometido, responsável e persistente em seus objetivos de vida.

A constituição deste capítulo está organizada mediante os tópicos: 1 introdução; 2 fundamentação teórica; 3 metodologia; 4 discussão e resultados; 5 considerações finais e as referências.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Relevância do estudo: Pessoal-Profissional

Me chamo Erica Cristina Silva Conceição, tenho 36 anos completos, os quais 16 anos dedico à Educação. Formada para a Licenciatura em Pedagogia (2007-2011) pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, meu ingresso no campo profissional desta área ocorreu logo após adentrar na faculdade, por meio de estágios em escolas e entidades filantrópicas. Desde jovem apresentava interesse no campo educacional. Lembro de situações da minha vida escolar que me motivaram para querer pertencer a essa esfera, como por exemplo a monitoria em sala, na época do Ensino Fundamental. Alguns professores utilizavam os alunos que dominavam com maior facilidade os assuntos pertinentes a seu componente, e convidam estes a serem monitores de sala. Oportunizando assim, que aprendêssemos ainda mais, auxiliando no ensino aos colegas, e aprimorando assim os conhecimentos adquiridos. Embora possa soar banal, aquela ação de certo modo também me intrigava, pois nem todos os professores na época tinham a iniciativa, eu então queria compreender o porquê. Hoje, analiso que se tratava de uma estratégia pedagógica, com vislumbre na compreensão do conteúdo ministrado, na construção de uma postura colaborativa em sala, na responsabilidade em assumir compromissos, e auxiliar na promoção do processo de ensino aprendizagem.

Sobre meu curso de graduação, destaco que passou por mudanças em sua grade curricular, no mesmo período em que o cursava, se estabilizando com a duração de cinco anos, e se estabelecendo com as habilitações para à docência na Educação Infantil, docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão Escolar. Acredito que todas as disciplinas estudadas para o curso possuíram o seu valor e necessidade, mas o meu maior interesse eram as disciplinas que propiciavam um olhar reflexivo e crítico, diante das Políticas Públicas da Educação. Meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) foi realizado com a temática Alfabetização e Letramento. Essa temática foi incentivada pelo meu estágio, que na época era em uma instituição filantrópica que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos. Posso resumir o encerramento da minha graduação como a conclusão de uma etapa de estudo que me exigiu bastante entrega e comprometimento. Mas tive sempre em mente que era apenas o fim de um ciclo, pois continuaria meus estudos na especialização. Hoje, com certa maturidade pedagógica, estudo e experiência profissional, busco dar continuidade à minha formação, podendo contribuir enquanto aluna pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação, para os processos educacionais e sociais provenientes das Políticas Públicas do estado.

Decorrente da minha trajetória acadêmica e profissional trouxe a proposta em pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos, no formato de Exame Supletivo Eletrônico. O interesse pelo tema EJA se faz presente desde a época da graduação, conforme contato com a modalidade, através do trabalho. E após alguns anos da conclusão

da minha graduação, tendo ingressado no serviço público, pela Secretária de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC-Am, relato a experiência profissional que tive no período de dois anos (2020-2021), como aplicadora de provas do Sistema Eletrônico de Avaliação - SEA, da SEDUC-Am. Posteriormente, no ano de 2022 pude atuar como pedagoga na EJA, no turno noturno de uma escola da rede estadual de ensino de Manaus-Amazonas. As duas experiências profissionais descritas me causavam inquietações e um estado de profunda reflexão quanto ao seu processo, pois observava dicotomia em sua realidade, uma dissociação entre o dito e o feito.

Esses questionamentos iniciais me trouxeram o interesse pessoal-profissional na pesquisa sobre o tema da EJA. Na certeza em não apenas obter conhecimento individual sobre as proposições da modalidade, mas sim, o real interesse em participar de forma colaborativa com sugestões e ideais aplicáveis para o processo de ensino e aprendizagem destinado a estes jovens e adultos. A EJA é caracterizada por deter um público que não teve as mesmas oportunidades sociais e econômicas dos que se formam pelo Ensino Básico Regular. Essa questão de oportunidade é ainda um paradigma para algumas pessoas, por acreditarem que, *quem faz a oportunidade somos nós*. Digo isto, pois em algum momento da minha existência, pensei igual. Hoje, tomada por um processo consciente, reflito de outra forma.

Para o momento, cabe a reflexão sobre as pessoas que estejam à margem da sociedade, sem moradia, sem emprego, com uma família a sustentar. Estas realmente partilham das mesmas oportunidades de quem não vive esta disparidade social? Como podemos colaborar enquanto educadores para a humanização e respeito com a modalidade, e para a redução de processos mecânicos que rodeiam a EJA? De certo que este tema é abrangente, e requer um olhar para além de quem profissionalmente esteve atuante no exercício da ação. Contudo, a experiência profissional também pode ser uma aliada. Se faz necessário, uma visão e apuração de pesquisador(a), que analisa as entrelinhas do processo, refletindo e observando com criticidade todos os passos da pesquisa.

2.2 Relevância do estudo: Acadêmico-Científica

A existência de políticas públicas educacionais que, através de suas ações, possibilitam não somente a regularização escolar ao indivíduo, como também a garantia por uma Educação de qualidade é sem dúvida uma grande vitória para a sociedade. O sentido de grande conquista social, se refere ao processo de emancipação e cidadania do sujeito, como também em questões econômicas no salutar de sua qualificação profissional, no ensino da promoção de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida e na redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, expressamos que: *Todas as pessoas têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a formação e aprendizagem ao longo da vida a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar*

plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho. (Conselho Europeu, p. C189/1).

Desse modo, por meio dessa pesquisa que se deu em nível de mestrado, buscamos fomentar, enquanto relevância acadêmico-científica, discussões a respeito das políticas públicas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, no intuito de também suscitar linhas de ações em benefício da garantia de seus direitos e baseados em suas reais necessidades. Esta ação requer o constante exercício, sabedores que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, Art. 205 - *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.* Assim, mesmo caracterizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional - LDBEN como modalidade de ensino da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos - EJA, ainda transparece estar muito aquém da garantia de seus direitos. Logo, se faz necessário um processo de estudo contínuo, para obter, além da atualização de seus insumos de pesquisas, a promoção de sua visibilidade na sociedade, que possa desfragmentar o olhar preconceituoso para com este público, e que pondere uma Educação de qualidade que agregue valores.

Por meio da consideração do relato de experiências da pesquisadora, da revisão de literatura pautada no histórico da EJA e do Supletivo, do levantamento da proposta e histórico do Exame Supletivo Eletrônico realizado no estado do Amazonas, em foco a capital Manaus, versamos para o compartilhamento de novos conhecimentos, novos saberes relacionados ao tema. Estes são provenientes de análise crítica, imbricada de processos metodológicos. Em meios práticos, contrastante à relevância acadêmico-científica expomos para apreciação do leitor, o quadro 1 proveniente da nossa revisão de literatura realizada, a respeito da história da Educação de Jovens e Adultos e do Supletivo no Brasil, onde se afina a síntese referente aos nossos quadros centrais de busca.

Quadro 1 - Síntese das produções da revisão de literatura

Plataforma de busca	Números de produções encontradas	Número de produções selecionadas	Descritores
Google Acadêmico	340	13	História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil História da EJA no Brasil História do Supletivo no Brasil História do Ensino Supletivo do Brasil
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	154	4	
Portal de de Periódicos Capes	213	17	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Utilizamos essa revisão de literatura visando além da análise das ideias e posicionamentos dos autores de aporte, constituir o histórico da EJA e Supletivo, embasados em estudos com relevância para o meio científico. Utilizamos então a busca nas bases de dados de quatro plataformas: Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, portal de Scientific Electronic Library Online - Scielo Brasil e o Portal de Periódicos CAPES. Ressaltamos que não obtivemos resultados na base de dados da Scielo Brasil. A temporalidade utilizada para a revisão se estabeleceu do ano de 2023 até o dia trinta e um de julho de 2024, no intuito de prezar pela produção científica mais atualizada. Salientamos que o tema EJA, associado ao Supletivo Eletrônico não possui evidências de pesquisas científicas nas bases de dados utilizadas.

2.3 Relevância do estudo: Social

No Brasil ainda há um elevado número de pessoas que, por razões pontuais, não puderam dar continuidade em seus estudos, abandonando a escola ainda no Nível Fundamental ou no Nível Médio (IBGE, 2022). Essas pessoas em determinado momento de suas vidas, acabam sofrendo as consequências em razão da ausência da formação escolar e conseqüentemente de sua certificação, não conseguindo um trabalho formal, por via das Consolidações das Leis do Trabalho - CLT ou perdem oportunidades de ingressar em cursos que irão requerer a certificação básica, como cursos de nível técnico e de nível superior. É quando, enfim, percebem a necessidade de dar continuidade aos seus estudos, em busca de melhores condições de vida, especialmente do exercício da cidadania e na progressão nos estudos e trabalho. Nesse sentido, preconiza a legislação LDBEN nº 9.394/96:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Capítulo II - Da Educação Básica, Seção I- Das Disposições Gerais, em seu Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Como medida reparatória em face das demandas sociais atuais, se evidencia com a política educacional do estado do Amazonas, a Educação de Jovens e Adultos, no formato Provão Eletrônico, como é conhecido popularmente o Exame Supletivo Eletrônico. Este, possibilita a conclusão da Educação Básica e a certificação da escolaridade em curto espaço de tempo. E, quanto ao fator tempo, se trata de uma questão complexa na vida destes jovens e adultos, uma vez que possuem uma rotina de vida estruturada para sua sobrevivência, que reduz o seu tempo livre. Por isso a proposta do Supletivo Eletrônico se adequa a este público e se torna promissora diante de suas necessidades.

Embora o objetivo do Supletivo Eletrônico seja concluir os estudos em pouco tempo, sem a necessidade da presença física, diária, do indivíduo na escola, este deve

ainda comparecer após o agendamento da data, em um dos polos de realização da prova eletrônica. Vale destacar que assim como os estudantes do sistema presencial do Ensino Regular e da EJA, os candidatos do Supletivo Eletrônico sentem dificuldade nos conteúdos propostos de algumas disciplinas, o que é extremamente natural no processo educacional do indivíduo. Logo, com os candidatos, denominação ao público jovem e adulto que participa da realização das provas eletrônicas, as dificuldades em cumprir a pontuação necessária para conclusão das provas pode também ser uma realidade. Candidatos que, pela demora em atingir a nota estabelecida para cada disciplina, podem acabar desistindo. Logo, um ciclo se estabelece, no qual eles, depois de um tempo, recomeçam, em seguida desistem novamente, podendo permanecer bastante tempo nessa cadeia, a depender também de seu comprometimento, responsabilidade e determinação.

A partir deste estudo, buscamos conhecer a proposta vigente para o Sistema Eletrônico de Avaliação - SEA, enquanto política educacional, sendo ela uma forma de conclusão de escolaridade, que traz impactos sociais para o público jovem e adulto, bem como analisar suas contribuições pessoal/profissional ao candidato. Portanto, este estudo teve sua relevância social desde possibilitar o levantamento de dados e informações acerca do processo envolto ao Provão Eletrônico, quanto prioritariamente ao buscar por estratégias de articulação ao objeto de estudo, visando melhorias no sistema. Vale ressaltar sobre a carência de discussão sobre essa temática nos moldes propostos e no recolhimento destas informações para subsidiar pesquisas futuras.

Compartilhamos, segundo INEP (2022), o quadro 2 com os dados referentes ao abandono escolar enfrentado no Brasil e no estado do Amazonas, pelas etapas de ensino que se caracterizam como foco de abandono, os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Alunos(as) que podem vir a se tornar os(as) novos(as) alunos(as) da EJA, e até mesmo os(as) novos(as) candidatos(as) para o Supletivo Eletrônico.

Quadro 2 - Abandono Escolar (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio)

BRASIL	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Fundamental (Anos Finais)	3,5%	3,2%	3,0%	2,7%	2,4%	1,9%	1,2%	1,8%	1,9%
Ens. Médio	7,6%	6,8%	6,6%	6,1%	6,1%	4,7%	2,2%	5,0%	5,7%
AMAZONAS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Fundamental (Anos Finais)	6,4%	5,9%	4,7%	4,5%	4,2%	3,6%	0,7%	3,4%	3,6%
Ens. Médio	12,2%	11,2%	9,2%	8,9%	10,5%	10,1%	0,2%	5,5%	7,8%

Fonte: Dados provenientes do Censo 2022, abandono escolar. (2024).

Observamos através do quadro 2, ao analisar o abandono escolar no Brasil, para o nível do Ensino Fundamental anos finais, que existe uma queda de percentual, se visto

através da junção de todas as regiões pertencentes ao país. Mas quando verificado no estado do Amazonas, região norte do país, a redução do percentual de abandono escolar não é significativa, principalmente, ao refletir que os anos de 2020 e 2021 foram impactados pela Pandemia do COVID-19, onde se instaurou o sistema de aulas remotas, e por decisões governamentais foi acordado pela não reprovação de alunos. Quanto ao Ensino Médio, os dados observados tanto no Brasil quanto no Amazonas refletem uma redução no quadro de abandono, não tão significativo, tendo aumentos consideráveis em determinados períodos.

O quadro 3 é composto pelo quantitativo de matrículas ao longo dos anos (2014-2022), registrado no Brasil e no estado do Amazonas. Essas matrículas são da rede estadual de ensino, na Educação de Jovens e Adultos comum, sem a adição de qualificação profissionalizante.

Quadro 3 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos. (Fundamental Anos Iniciais e Finais e Médio)

Matrículas	BRASIL	AMAZONAS
2014	3.356.998	93.191
2015	3.138.307	91.651
2016	3.179.433	83.703
2017	3.327.067	82.362
2018	3.278.683	75.696
2019	3.011.741	70.585
2020	2.774.496	67.538
2021	2.715.760	80.888
2022	2.494.103	66.328

Fonte:Dados Provenientes do Censo 2022, matrículas EJA.(2024)

Como observado, ao relacionar os quadros 2 e 3, à medida que o abandono escolar no ensino regular se mantém, as matrículas da Educação de Jovens e Adultos entram em declínio, refletindo que uma modalidade não está sequer subsidiando a outra, mesmo sabedores de que não seria essa sua função. Nessa configuração, nos pautamos na discussão e análise das contribuições do formato Supletivo Eletrônico enquanto política educacional do governo, para a Educação dos Jovens e Adultos.

2.4 Relato de experiência e concepções sobre o SEA

Este relato traz a perspectiva metodológica da pesquisa-formação como aliada a esta investigação, por possibilitar que a pesquisadora possa compartilhar sua vivência/ experiência no campo de estudo, como aplicadora de provas do Exame Supletivo Eletrônico do SEA, vislumbrando intervir e/ou corroborar com as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação, pensando em primazia no público atendido. Tal metodologia

apresenta potencialidade para a pesquisa e ao mesmo tempo subjetividade (Josso, 2002). Compreendemos que por se tratar de uma narrativa autobiográfica seria pertinente a utilização do pronome de tratamento na primeira pessoa do singular, mantendo a essência das abordagens. Todavia, partindo do princípio e priorizando o compartilhamento e a construção de conhecimentos de forma coletiva, optamos para que o presente relato siga, como toda a escrita desta pesquisa, na primeira pessoa do plural¹, mantendo preservado todo seu mérito..

O primeiro contato com o SEA iniciou a partir da posse e lotação como Pedagoga/servidora pública do estado do Amazonas, na SEDUC-Am, em janeiro de 2017, na Escola Estadual Solon de Lucena. Este contato foi bem superficial, pois tivemos conhecimento da existência dos Exames no formato Eletrônico, e que a escola abrigava um polo para sua aplicação. Conhecemos os professores que atuavam como aplicadores de prova e percebemos a movimentação dos candidatos ocorrida no laboratório da escola cedido para os Exames. No começo não entendíamos muito bem a dinâmica de uso do laboratório para o SEA, uma vez que a escola em si precisava utilizá-lo em determinados momentos, com os alunos.

Não tínhamos contato direto, uma vez que era e ainda é esclarecido, sempre que possível, que a escola não possui vínculo com o SEA, apenas cede seu laboratório para as provas. Contudo, com o passar do tempo, os vínculos de conhecimento com os colegas, professores aplicadores de prova do Supletivo foram se estabelecendo em consequência da convivência. Na época, atuante como Pedagoga do Ensino Médio nos turnos manhã e tarde.

No ano de 2018 assumindo uma nova função na escola, atuante agora como Administrador(a) Escolar, ficando assim mas a parte do Pedagógico da escola. Mencionamos esse momento, pois foi quando estabelecemos contato maior com os técnicos da Gerência de Atendimento Educacional Específico e da Diversidade - GAEED, designada pela SEDUC-Am como responsável direta pela organização do SEA. Uma vez na Administração, fazia parte das responsabilidades do cargo zelar e estar a par do que acontecia em todo o ambiente da escola, incluindo seu(s) laboratório(s), nos referindo em específico ao laboratório de informática. E os técnicos da GAEED dentre suas demandas na Sede/SEDUC-Am, ficavam responsáveis por visitar os polos e verificar as situações decorrentes das aplicações de prova, orientavam os professores aplicadores de prova no contato e postura com os candidatos, verificavam a situação das máquinas-computadores nos laboratórios, e etc. Ao final do ano de 2019, surgida uma vaga para professor aplicador de prova, que seria neste mesmo polo, ocorreu o interesse para participar, deixando a

¹ Narração na primeira pessoa do plural - priorizamos o relato de experiência na primeira pessoa do plural, pois mesmo a experiência sendo individual, da pesquisadora, compreendemos que existe uma partilha, uma troca de conhecimentos ocorrida durante a orientação desta dissertação, com os colegas de classe do stricto sensu, com os professores aplicadores de prova do Supletivo Eletrônico e demais profissionais que possam estar envolvidos nessa dinâmica, na construção e na troca de conhecimentos para o desenvolvimento desta pesquisa.

função na Administração Escolar. Ainda em dezembro de 2019 atuante como aplicadora de provas no polo da Escola Estadual Solon de Lucena, estavam em período de final de ano realizando uma ação de progressão parcial de alunos da 3ª série do Ensino Médio, que haviam ficado em recuperação final em mais de três componentes curriculares. Realizamos então o atendimento desses alunos finalistas da rede pública de ensino, e simultaneamente os candidatos do SEA eram atendidos conforme demanda.

Contudo, por ser final de ano, não haviam tantos candidatos inscritos para o Exame Eletrônico, e não por falta de vaga, mas por não ter adesão. Pela experiência vivida nos dois anos de aplicação das provas eletrônicas, ao chegar em meados de novembro o fluxo de candidatos começava a apresentar uma redução considerável. É como se houvesse outras prioridades para o momento, na vida dessas pessoas. Talvez pela movimentação acelerada na economia do estado, no final do ano, devido as datas festivas/comemorativas, que geram novos empregos provisórios, e como a sobrevivência é sempre a prioridade *do agora*, devido às grandes desigualdades sociais presentes, a Educação acaba vindo em segundo plano. Mas nos perguntamos, e quando esse momento econômico passa? O que foi/ficou construído nesse meio tempo? Refletimos com isso, pensando Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido (2018), onde ele relata sobre a conscientização, a Educação e o compromisso, enquanto potencial transformador do homem, e o poder da Educação na sociedade. Mas como trazer essa visão ao candidato do SEA? Se nessa situação ele se apresenta tão aquém de todo esse processo educacional.

Entendemos a cada dia sobre o funcionamento prático do Sistema Eletrônico. Este polo específico da Escola Solon funcionava e ainda funciona nos turnos manhã, tarde e noite, onde nos estabelecemos nos turnos manhã e tarde, conforme carga horária no serviço público. No turno da noite eram outros professores aplicadores de prova.

Um ponto relevante, que talvez pela formação em Pedagogia ou pela experiência contínua no campo da Educação, causava certo incômodo, na verdade ainda causa, se trata da denominação ao público do Exame Supletivo Eletrônico, como *candidato(a)*². Não tem como dissociar a palavra de seu significado, e mesmo parecendo um mero detalhe, até mesmo alguns candidatos não se reconheciam por tal denominação. Na concepção de

2 (can.di.da.to)

sm.

1. Pessoa que pretende eleger-se ou ser escolhida em eleição, nomeação etc.: *candidato à presidência: candidata a deputada*

2. Pessoa que disputa vaga em concursos para empregos, escola etc.: *mais de três mil candidatos inscritos para o exame vestibular*

3. Pessoa, grupo, instituição etc. que se submete oficialmente a algum processo de seleção, licitação, concorrência etc.: *O Brasil é um dos candidatos a sediar a Copa do Mundo de futebol.*

4. P.ext. Pop. Aquele ou aquilo que tem condições ou grandes probabilidades de ser escolhido, de vencer disputa ou obter algo entre vários outros de um grupo, de uma lista: *O setor têxtil é um dos candidatos a ganhar subsídios do governo.: A atleta é uma das candidatas a (ganhar) medalha.* [Não raro, us. de modo irôn. ou joc.: *Detestei o filme; é o meu candidato ao (prêmio de) pior do ano.*]

[F.: Do lat. *candidatu(m)*, cujo significado original é 'em trajes brancos' (ver *candid-*), pois os aspirantes a cargos eletivos na antiga Roma vestiam togas dessa cor.]

Fonte: <https://www.aulete.com.br/candidato>.

muitos deles eram vistos como alunos/estudantes, pois estavam realizando as provas em Nível Fundamental ou Médio pertencentes à Educação Básica, e não concorrendo a alguma coisa. Tanto que recebíamos um público que vinha trajado com o fardamento escolar para realizar suas provas. Tinha ainda um público, que talvez por consequência dessa visão/denominação por candidato, pareciam não se importar tanto com o seu progresso nas provas, eram indiferentes. É como se *desse certo tudo bem, e se não desse certo também estaria tudo bem*.

Para o ano de 2020 estivemos atuantes nas aplicações de provas, ainda no Solon de Lucena. Normalmente os aplicadores passam por reunião no início do ano, com a Gerência/GAEED, para os direcionamentos das ações daquele respectivo ano. Recordamos que as reuniões sempre traziam consigo lembretes básicos, mas de total importância, sobre o público atendido. Esses lembretes tratavam a questão do respeito, da cordialidade, de atender bem e da importância do tratamento humanizado e acolhedor. E nos deparamos na aplicação de provas, inevitavelmente, com pessoas simples, pessoas ignorantes/falta de instrução, pessoas idosas, e até mesmo jovens de dezoito ou dezenove anos, estrangeiros, dentre tantos outros grupos, que precisávamos equilibrar o atendimento entre a igualdade e a equidade. No sentido que a igualdade se pautava na aplicação das regras padrão para a prova a todos os candidatos, como a não utilização de equipamentos eletrônicos durante o Exame, por exemplo. E a equidade no sentido de perceber um candidato que tenha dificuldades no manuseio de computadores, e auxiliá-lo de alguma forma, dentro das possibilidades e sem interferir nas respostas de sua prova.

Consideramos essa dose de cuidado e preocupação com o tratamento ao candidato do SEA crucial, respeitoso e necessário, com quem por vezes sofreu e ainda sofre os impactos sociais da desigualdade na pele, que o afastaram da escola através de uma escolha, do presente no caso dos candidatos ainda jovens de dezoito anos ou do passado, para os candidatos mais velhos e até idosos. Sua maioria traz estigmas consigo, cicatrizes de incapacidade, de rejeição e de inferioridade perante a sociedade. Muitos candidatos se envergonham de estar ali prestando o Exame. Logo, nada mais coerente enquanto educadores, do que propiciar o acolhimento nesse momento de retorno para os ares da Educação, independentemente do formato, no caso do Supletivo Eletrônico. Afinal, foi a maneira propícia que encontraram para *o seu momento*, de buscar pelo seu progresso e melhoria de vida. A própria LDBEN Lei nº 9.394/96 em seu artigo 37 e parágrafo 1º enfatiza sobre a importância da garantia da Educação de Jovens e Adultos, onde está inserido o Supletivo Eletrônico de Avaliação, aos que não puderam efetuar/concluir seus estudos na idade regular, apontando para a construção de oportunidades educacionais apropriadas e coerentes com a realidade de vida do alunado.

Particularmente, anterior a todas essas vivências/experiências também portamos olhares de descrédito para com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em todas as suas pontas, presencial/Ead/supletivo. No sentido de achar que este público possa ter

abandonado a escola por pura e tão somente falta de interesse, afinal *a oportunidade pode vir para todos*-pensamentos de uma ocasião distinta. Acreditamos que a falta de conhecimento da época foi responsável por tais conclusões. Nos oportunizamos hoje, para o momento, para a Educação, para a pesquisa e para a vida, a ação de refletir e de reanalisar tais posicionamentos. Assim, o trabalho com a pesquisa-formação, nesse estudo, adequa-se diretamente diante dessas questões, propiciando relatar, por vez intervir e contribuir com o processo do Supletivo Eletrônico.

Retomando as reuniões de início de ano com os professores aplicadores de provas do SEA, partimos do princípio da importância da frequência a estes encontros. Além disso, é premente a necessidade de passar por constante formação e instrução diante do serviço prestado, que requer respeito e humanidade acima de tudo. Pelo fato de estar lidando diretamente com um Sistema Eletrônico, muitas vezes esquecemos os seres humanos que estão diante de nós. O processo pode se tornar inevitavelmente mecanizado e perder os seus parâmetros de humanização da educação. É fundamental para o professor permanecer em constante formação, atuante na sala de aula ou em outros Sistemas Educacionais, para que tenha meios de efetuar a permanente ação de refletir a sua prática, desencadeando os saberes da docência (Pimenta, 1999). Os momentos de encontro entre os aplicadores de prova do SEA também possibilitam que as experiências vividas em cada polo, com cada aplicador, sejam trocadas entre o grupo e que possam encontrar juntos soluções aplicáveis para sanar quaisquer eventualidades durante o processo do Exame, desde a chegada do candidato ao polo, até a finalização de sua prova.

Como é do conhecimento de todos, o ano de 2020 foi assolado pela pandemia do COVID-19, o que ocasionou a interrupção das atividades presenciais nos polos, retardando o processo de aplicação de provas do Supletivo Eletrônico. Após meses em isolamento, tivemos nosso retorno cauteloso e com um quadro menor de candidatos, devido às orientações de não manter superlotação em nenhum ambiente, prioritariamente sendo fechado, como os laboratórios do Supletivo Eletrônico, até que aos poucos a rotina foi se restabelecendo.

Um fato interessante entre o atendimento de um e outro candidato eram as posturas distintas adotadas na chegada ao polo. Por estarmos no ambiente da escola e por se tratar da execução das provas, tinham candidatos que se apresentavam nos polos fardados, calça jeans, camisa toda branca e tênis, um dos fardamentos autorizados pela SEDUC-Am, como se fossem para aula em sala de aula, e ainda portavam mochila, caderno, caneta. Existiam também os candidatos com vestimentas de passeio, de camiseta, bermuda, mini saia, chinelo, boné. Estes, em sua maioria, ficavam impossibilitados de entrar na escola, ainda na portaria, devido aos trajes não pertinentes para o ambiente. Contudo, para evitar que perdessem a oportunidade de realizar a prova, normalmente fazíamos uma nova marcação de Exame. Em casos isolados, alguns candidatos utilizavam um tom ameaçador de denúncia quanto ao procedimento de regra de segurança, adotado pela

escola, e acabavam entrando no laboratório independente de sua vestimenta. Pelo fato do Provão Eletrônico se localizar dentro da escola, claramente a maioria dos candidatos não dissociava um vínculo entre escola e SEA. Costumávamos, inclusive, a almejar que essa postura decidida e firme dos candidatos que se impunham para, de qualquer forma, realizar sua prova, também fosse adotada para ter êxito não somente no Exame, como em outras áreas de sua vida.

A rotina diária do Supletivo Eletrônico nos trouxe observações pontuais quanto ao comportamento dos candidatos, como ignorar a responsabilidade de trazer o seu documento de identificação, tentar realizar uma consulta na internet via celular para responder a prova, a média do fluxo de candidatos por dia da semana. Este último era na maioria das vezes uma informação precisa, os dias de maior fluxo de candidatos costumavam ser terça e quarta-feira. Ao pensarmos na alta quantidade de pessoas que abandonaram seus estudos, e mesmo o SEA oferecendo os Exames diariamente, a ausência de candidatos acaba sendo superior à presença destes, para realização das provas. Nos perguntávamos com frequência onde estavam os demais? Na segunda-feira normalmente tinham poucos candidatos presentes, na quinta-feira começava a reduzir a presença e na sexta-feira por fim, quase nenhum. Em semanas esporádicas essa rotina era alterada. O que chamava a atenção era abrir o Sistema Eletrônico de provas e se deparar com uma vasta quantidade de candidatos agendados de segunda a sexta-feira. Retornando aos dados informados pela GAEED, sobre candidatos agendados e a ausência destes no dia da prova, basicamente essa prática de se abster da prova, reflete os dados de desistência.

Nessa configuração pensamos que o Supletivo Eletrônico, organizado pela GAEED, busca dentro de suas limitações organizacionais, fazer o possível em sua operacionalização para oportunizar a esse candidato a regularização e/ou conclusão de sua Formação Básica. E utilizando nossa vivência nesse campo, refletimos o quanto os candidatos procuram fazer a sua parte no tocante às suas responsabilidades, durante sua participação nos Exames do SEA.

Presenciamos diante de diálogos curtos estabelecidos com os candidatos e da observação de seu respectivo comportamento, traços de falta de comprometimento e responsabilidade. Inclusive, responsabilidade é uma das dez (10) Competências Gerais trazidas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. E trazemos enfaticamente a Base Nacional para este relato, pois o Supletivo segue a Base, mesmo que em questão somente dos componentes curriculares. Então como os candidatos em referência não trazem de sua jornada de vida essa responsabilidade para o Supletivo Eletrônico, este por sua vez, como poderia corroborar na aquisição e/ou prática desta competência, para *uso geral* na vida deste público? As Diretrizes para alinhamento da EJA à BNCC, mediante parecer CNE/CEB nº 6/2020, abordam sobre esse olhar cauteloso, que requer atenção maior diante da ausência do público da EJA do contexto e do espaço escolar, para o atendimento a prazos, a rotinas e às responsabilidades, no caso, direcionando-as para a modalidade EJA/

EaD, e também também para com o Supletivo. Essa abordagem resulta da verificação das desigualdades presentes na vida do público da EJA. Mas vale a reflexão de que o mesmo público leva consigo, para outros campos de sua vida, aspectos responsáveis em ações como: cumprir a carga horária de trabalho e as demais regras do local, documentos organizados em dia para recebimento de auxílio(s), comparecimento no horário em consultas médicas (SUS), dentre outras situações consideradas importantes ao seu olhar. É perceptível a constatação de que a Educação ainda não aparece em primeiro plano.

Um dos pontos de maior conflito nos polos era a cobrança/solicitação do documento de identificação oficial com foto, mais o CPF do candidato, para liberação de sua prova. Em sua maioria, apresentavam documentos com foto antiga, rasgados, amassados e o CPF trazia o número memorizado ou anotado num pedaço pequeno de papel. Essa parte era bem dificultosa para o aplicador de provas, pois tumultuava na hora da identificação dos candidatos e acabava atrasando um pouco o início das provas. Inclusive muitos dos candidatos questionavam sobre não ser aceito o documento digital. Uma medida que poderia reduzir estes entraves seria a identificação biométrica, para dar mais celeridade no reconhecimento do candidato. Os candidatos apresentavam um perfil bem desafiador ao serem cobradas as regras básicas do SEA. Em alguns relatos de candidatos, sempre ouvíamos que por ser um serviço público prestado, sem cobranças de valores, o governo teria que ser permissivo e dar conta de atender a todos, de qualquer forma e sem criar qualquer impedimento. Acreditamos que essa postura precisa ser revista e corrigida, afinal se faz necessário zelar pela idoneidade do programa SEA, para isso existem parâmetros que devem ser seguidos obrigatoriamente.

Vivenciamos que muitos dos candidatos sentiram grande dificuldade na interpretação das questões da prova, perguntavam se estava correta a questão e queriam uma explicação sobre a mesma. E essa interferência direta na compreensão da prova não pode ser feita pelo professor aplicador de prova, aliás nenhuma interferência que venha tirar do candidato a responsabilidade em responder a todo o Exame. A falta de compreensão elencava principalmente a prova de Língua Estrangeira/Inglesa, uma vez que os candidatos não tinham conhecimento em outro idioma a não ser a Língua Portuguesa, e ainda com muita dificuldade. Alguns candidatos até escolhiam a Língua Espanhola como componente, por achar que poderiam compreender algo, mas também não eram bem sucedidos na prova. Nesse sentido, em sua maioria, utilizava a prática de *chutar* a resposta das questões aleatoriamente, até conseguir acertar o mínimo possível, para passar e eliminar esse componente. Mas essa prática de responder aleatoriamente as questões do Exame, na tentativa da sorte em acertá-las, costumava demorar bastante, o que deturpava a ideia de conseguir a certificação da Educação Básica em curto espaço de tempo. Destacamos que a BNCC traz como imprescindível para o indivíduo a composição de outro idioma para sua jornada escolar, de trabalho e de vida. Mas apenas atribuir questões deste *outro idioma* na prova do Supletivo Eletrônico, não corresponde a mediar a aquisição desse conhecimento.

Ou seja, se trata de um processo bem complexo, que, claro, depende muito das condições sociais em que vive o sujeito, mas também parte muito de seu interesse, de seu querer, de suas prioridades, de suas necessidades e responsabilidades.

Quanto ao atendimento a candidatos estrangeiros, eram atendidos habitualmente Haitianos e Venezuelanos. Normalmente conseguíamos estabelecer melhor comunicação com os Haitianos, pelo fato deles terem conseguido assimilar e compreender bem nosso idioma. Com os Venezuelanos a comunicação era um pouco difícil, e até mesmo a questão de documentação era complexa. Uma parcela destes candidatos estrangeiros possuía a formação escolar finalizada, contudo, tiveram essa documentação extraviada na vinda para o Brasil. Outra parte não havia concluído seus estudos, veio refugiada para o Brasil e buscava por sua certificação escolar. Logo, na tentativa de melhorar sua situação de vida, procuram o SEA para regularizar seus estudos em nosso país, buscando futuramente conseguir um emprego pela CLT ou mesmo para dar continuidade aos estudos. Era interessante e instigante analisar o desempenho dos estrangeiros nas provas em comparação com o desempenho dos brasileiros, pois além dos estrangeiros demonstrarem maior respeito e interesse em obter um resultado positivo em sua prova, faziam tudo com calma, liam, interpretavam as questões, aparentemente com menor dificuldade, e conseqüentemente os resultados do seu Exame eram na maioria positivos, passavam na prova. Essa situação também pode ser em razão de terem estudado anteriormente, em seu país. E quanto à prova de Língua Estrangeira, optando pelo Inglês ou pelo Espanhol, os candidatos estrangeiros eliminavam rapidamente este componente.

Observamos, nesse tempo, que uma parcela dos candidatos sentia dificuldade em se organizar, se programar, se concentrar para estudar por conta própria para as provas, recebiam a orientação sobre onde encontrar no site do SEA o conteúdo programático, sobre as aulas no YouTube. Contudo, além de não seguirem muito as orientações, grande parte contava apenas com a sorte. E mesmo se tratando de uma prova de múltipla escolha, o que poderia ser um ponto positivo aos candidatos, mesmo precisando atingir o êxito na prova, não se dedicavam a estudar. O que novamente ia de encontro com o que eles mesmos almejavam, com o seu propósito pessoal de obter a certificação da Educação Básica em curto espaço de tempo. Cultivamos a reflexão de que não basta apenas querer, para alcançar um objetivo precisa de esforço, comprometimento, responsabilidade e foco, certos das intercorrências normais e habituais na vida do indivíduo, mas certos também de que se colocar numa posição de vitimização total, não mudará os rumos da vida de ninguém.

Partindo dessa perspectiva, nos vem à mente a obra do Educador Paulo Freire (1967), *Educação como prática da liberdade*, onde um dos destaques enfatiza sobre a Educação vazia, ou seja, sem sentido para o sujeito. Daí a importância de manter o diálogo, para a comunicação e estabelecimento de relação humana, para uma conscientização crítica de sua situação atual na sociedade. A marginalização social no qual se encontra

parte do público do Supletivo Eletrônico, coloca-os em posição de vitimização constante. De certo que hoje, através do Supletivo não há uma ação Educativa operante que possa conscientizá-los que possuem papel importante na sociedade e do poder transformador de vidas que a Educação possui perante a sociedade. Ressaltamos então sobre a importância e necessidade de ir além de provas técnicas, viabilizando mobilizações Educacionais pelas quais estas pessoas possam tomar propriedade de suas responsabilidades e busquem sair desse papel de fragilidade.

Daí também parte a visão e interesse de que o Sistema Eletrônico de Avaliação, seja além de uma proposta inovadora tecnológica, mas possa inovar em questão de novas perspectivas e práticas (atividades de extensão, estágios, etc.), no ensejo de promover a Educação emancipatória ao seu público. Isso altera toda uma dinâmica cômoda existente hoje para os Exames a nível de Supletivo, com toda certeza a resposta é sim, bem como gradativamente mudaria também a visão e o comportamento dos candidatos diante das provas, a vista de proporcionar que estes construam sua autonomia, adquiram novas competências para que possam prosperar no campo pessoal/profissional. Resta saber o apoio de esperas maiores em detrimento de políticas voltadas a uma Educação que inove os aspectos vigentes do Exame Supletivo, uma vez que tais mudanças e/ou intervenções possam desfragmentar o comportamento pacífico de muitos candidatos perante sua condição vulnerável na sociedade, para incentivar uma postura progressiva de desalienação.

Relembramos que muitos dos candidatos ao Exame Supletivo Eletrônico tentavam realizar a prova apenas uma vez, outros tentavam inúmeras vezes até conseguir. E tentar várias vezes não tira o mérito destes, pelo contrário, mostra que estão perseverantes diante do seu objetivo. Mas, inevitavelmente, também mostra a precisão de mais estudo e concentração para o Exame. Acreditamos, também, que enquanto o candidato não absorver um sentido para estar ali realizando o Exame, dificilmente haverá seriedade, interesse, esforço principalmente, pois se faz necessário para superar as adversidades que muitos destes enfrentam.

Nos deparamos em determinados momentos, com candidatos tentando consultar na internet sobre as respostas das questões, abrindo uma página na internet para isso, no computador onde estava realizando a prova e também através da tentativa do uso do celular. É necessário ponderar sobre a compreensão dos candidatos quanto ao rompimento de paradigmas sociais que os aprisionam a posturas/comportamentos que não contribuem para sua prosperidade, vislumbrando sua tomada de consciência diante da importância do seu desenvolvimento pessoal e cidadão e sua qualificação profissional, com a prática de persistência e foco enquanto indivíduo/candidato do Supletivo. Contudo, cabe aqui a pergunta sobre a capacidade dos moldes atuais do Supletivo Eletrônico em proporcionar tal reflexão. Trazemos um trecho dos escritos de Bonsanto (2019) para problematizar este ponto: “.. *não é povo que causa danos à sociedade, mas a sociedade*

com sua organização vertical, meritocrática e desigual, que dá riqueza e facilidades para poucos e pobreza e dificuldades para maior parte da população”. Sobre essa questão da famosa *cola* ou consulta, numa linguagem mais formal, nos mostra sobre a importância de ter e/ou conquistar valores, princípios e atitudes que apresentem um bom caráter na preocupação em zelar pela sua dignidade enquanto cidadão. Essa visão e noção pessoal entra muito em choque na hora em que os candidatos estão realizando o Exame, prezamos pela pertinência e persistência em poder construí-las e/ou reforçá-las no atendimento ao público do SEA.

Se tratando do uso prático da tecnologia aplicada ao Supletivo Eletrônico, nos referindo ao uso dos computadores, em sua maioria são de modelo totem, igualando-se ao sistema de um aparelho celular, mesmo assim os candidatos sentem dificuldade no manuseio do equipamento. E quando se tratava de computadores não totem, a dificuldade aumentava. Nos questionamos quanto a essa situação, no caso destes candidatos finalizarem suas provas e conseguirem o tão desejado certificado da Educação Básica. E, na sequência, adentrarem no mercado de trabalho.

Ainda temos os casos em que os candidatos não possuem aparelho celular, assim como não possuem TV em casa, ou seja, a dificuldade aumenta significativamente, por não terem estabelecido contato algum com esses periféricos digitais, que possuem uma dinâmica parecida de uso.

A questão do acesso e manuseio à tecnologia pelos candidatos, mediante o formato Eletrônico do Exame Supletivo, enfatiza a temática sobre o letramento digital como aquisição prática necessária para vida pessoal/profissional destes. Magda Soares (2002) traz em seus escritos, além de outras ideias, sobre o letramento na cibercultura, dando espaço para além da leitura e escrita em papel, para a leitura e escrita em tela, prática contemporânea e ao mesmo tempo diferenciando o contexto que faz sobre o estado ou condição de letramento, para a configuração do letramento digital. O estudo de Joaquim, Vóvio e Pesce (2020) trata em relação ao letramento digital na EJA, acrescentando sobre a contribuição das tecnologias para práticas sociais e produtivas, além do pleno exercício da cidadania, mediante a aquisição da competência da cultura digital por parte deste público vulnerável a classes dominantes, que por sua vez detêm maiores oportunidades. Compartilhamos a ideia de que para essa aquisição se faz necessário que as políticas públicas estejam direcionadas para ações que envolvam não somente a modalidade EJA em formato presencial e Ead, mas que reflitam e olhem atentamente também para o Supletivo, para que este possa evoluir para além de sua aplicação de provas, diante das dificuldades comuns aos candidatos relatadas pela vivência em campo da pesquisadora.

Assim, o letramento digital se faz importante pela possibilidade de suas práticas diversas em todos os campos da vida do sujeito, lhe agregando também novas possibilidades de ingressar no mundo do trabalho de forma mais dinâmica, diante das necessidades tecnológicas atuais e para a continuidade dos estudos, se esse for de seu interesse. Não

podemos deixar de enfatizar os escritos de Freire (2001), relatados também na pesquisa de Joaquim, Vóvio e Pesce (2020), que questiona a serviço de quem a tecnologia está? Não é redundante, mas sim relevante tratar aqui, que o letramento digital que abordamos não é apenas oportuno para o mercado de trabalho, mas destinado para todos os contextos da vida do indivíduo, *para ele e não em função do mercado*. A proposição da cultura digital consta muito bem delineada no Parecer CNE/CEB nº 6/2020 que relata sobre o alinhamento da EJA com a BNCC. Contudo, observamos esses direcionamentos com afincos voltados à modalidade de ensino EJA presencial e Ead. Novamente enfatizamos que os participantes do Supletivo Eletrônico pertencem à Educação de Jovens e Adultos, então por que não tratá-los com os mesmos direitos independente da forma que puderam escolher para concluir seus estudos na Formação Básica?. Os candidatos do Supletivo Eletrônico também precisam ter acesso aos alinhamentos da Formação Básica e das Competências Gerais/BNCC, alinhadas para o desenvolvimento de competências.

Para o ano de 2021 estivemos em outro polo de aplicação de provas do Supletivo Eletrônico, localizado no Instituto de Educação do Amazonas - IEA. O horário de funcionamento do polo onde ficamos responsáveis pela aplicação de provas era e ainda é manhã e tarde. O fluxo de candidatos participantes do SEA no polo do IEA era próximo ao do polo do Solon, sendo que na segunda-feira tinham mais candidatos a serem atendidos. O perfil dos candidatos atendidos neste polo era similar ao público do polo anterior. A única diferença observada é que no IEA os candidatos costumavam demorar mais em suas provas, liam, reliam e respondiam às questões utilizando até o último instante de tempo.

Enquanto atuantes nas aplicações de provas do SEA pudemos observar nesse cenário um quadro composto por vulnerabilidade social, estigmas pela situação de vida, descredibilidade em si, diante de frases que ouvíamos constantemente: *“mas não caiu nada do que eu estudei..”* ou *“eu não sou bom(a) com computador, e agora o que eu faço?”* ou *“você pode me explicar essa questão?”*, e ainda haviam os casos das pessoas que consideravam a prova como uma roleta russa da sorte. É bem complexo o trato com os Exames, no aspecto de que sim, eles são necessários para de alguma forma desobstruir os impactos causados pela desigualdade social, na tentativa de galgar por melhorias de vida através da Educação. E isso é muito importante frisar, não é um certificado que irá transformar a vida destas pessoas, mas sim a Educação que eles poderão, de alguma forma ter acesso, que pode colaborar com este cunho de mudança. Mas isso apenas será possível a depender das ações do Supletivo Eletrônico imbricados aos Exames ofertados, uma vez que são a via de acesso e/ou retorno à Educação para este público distinto.

Notamos o quanto é difícil conduzir por mudanças, por menores que sejam, diante de uma estrutura já constituída, como é a do Sistema Eletrônico de Avaliação. Ao mesmo tempo refletimos que, ao manter este mesmo ritmo por mais anos e anos, no desencadear de conseguir a regularização escolar e certificação, qual preparação para a vida e para o trabalho estaremos promovendo para esse público? É necessário tratarmos destas

considerações no propósito de mediar ações complementares que venham a somar com o Sistema Eletrônico de Avaliação, e possam estender esse processo educacional do Supletivo, pensando no contexto de contribuir para uma Educação ao Longo da Vida. Indo além dos critérios técnicos de aplicação de prova baseados nos componentes curriculares previstos na BNCC e legislações vigentes, para se habilitar a tratar das competências gerais previstas ao indivíduo, seja este do Ensino Regular ou da Educação de Jovens e Adultos, que contempla também o Supletivo Eletrônico.

3 | METODOLOGIA

Neste capítulo fizemos uso da metodologia da pesquisa-formação, imbricada da necessidade de partilhar as informações contidas no relato de experiências da pesquisadora. O estudo reflete ainda, a natureza de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, seguindo uma abordagem qualitativa.

Assumimos o caráter de uma pesquisa ainda pouco difundida no meio científico, e acreditamos que o maior impasse para isso seria a dificuldade em unir dados relevantes a uma pesquisa qualitativa. Para especificamente este estudo, os dados se dariam prioritariamente, no interesse por estabelecer o contato direto com o público jovem e adulto que realiza ou finalizou as provas do Exame Supletivo Eletrônico. Buscamos analisar diante do relato de experiências da pesquisadora sobre o Sistema Eletrônico de Avaliação, refletindo sobre os seus procedimentos atuais na execução das provas eletrônicas. O relato traz subjetividade à pesquisa, conforme suas características gerais.

Partilhamos nossas inferências, diante da ação e reflexão a partir do relato, tentando propiciar um momento de análise e intervenção no processo educacional realizado através do SEA. Para essas ações, buscamos suporte teórico metodológico nos autores(as) Nóvoa (1988), Josso (1999), Bueno (2002). A escrita deste capítulo, se dá na primeira pessoa do singular visto que a metodologia utilizada, defende o uso da primeira pessoa do singular, para promover a garantia das abordagens nos relatos. Conscientes da veracidade do relato da pesquisadora, e da troca de experiências engrandecedoras durante todo esse processo de exaustiva pesquisa, consideramos a pertinência por uma linguagem unificada e compreensível para toda a escrita deste capítulo.

Destacamos para este capítulo a utilização das relevâncias de cunho pessoal-profissional, acadêmico-científica e social, corroborando com o relato de experiência da pesquisadora, quanto à pertinência do estudo, suas análises, e suscitando ainda, pela continuidade de pesquisas abordando este tema e temáticas relacionadas a ele.

4 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

Ao trazer este recorte do estudo para se configurar em capítulo, muito da essência da pesquisa completa da dissertação, acaba transparecendo em suas impressões.

Nesse sentido, analisar os procedimentos de início-meio-fim do Sistema Eletrônico de Avaliação, pode parecer simples se o intuito for proferir críticas carregadas de um paradigma que descredibiliza o Supletivo, a Educação de Jovens e Adultos. Contudo, existe todo um processo carregado de ações e intenções, que na maioria das vezes, segue despercebido.

O intuito deste capítulo, ao receber o relato de experiências da pesquisadora, avalia justamente observar as entrelinhas do processo de forma prática. Verificamos com isso, através do relato, que além da importância da Secretaria de Educação reavaliar sua estruturação de provas eletrônicas e seus procedimentos básicos, requer também do público jovem e adulto que participa dos exames, o interesse em sair da sua zona de conforto, e também participar ativamente como personagem principal de seu processo educacional.

Correlato a propiciar uma Educação de qualidade, seja ela pertencente a toda e qualquer modalidade de ensino, precisa ajustar-se a proposta de vida de cada público que receberá essa Educação. E toda essa conduta está intimamente ligada à contemporaneidade das ações de políticas públicas, onde o SEA está inserido enquanto programa da EJA.

Observamos, através do relato, que práticas sucintas à autonomia da Secretaria de Educação poderiam ser evidenciadas em suas ações durante as aplicações de provas. Claro, que isso não redime as ações de instâncias maiores, para modelar o processo de forma potencial a Educação do seu público jovem e adulto. Mas avalia-se ainda se a tomada de ações por parte das políticas públicas, com a perspectiva de mudanças positivas e significativas, durante o processo educacional que ocorre com a aplicação de provas do SEA, seria interessante ao poder público. Pois significaria a saída de um público que por longo tempo, esteve à margem da sociedade, para desalienar-se e adentrar num outro conceito que transformaria sua vida nas esferas pessoal, social e econômica.

Refletimos ainda, diante do relato, que características como comprometimento, responsabilidade e foco são promissoras de bons resultados no processo educacional dos candidatos que delas fazem uso. E considerando o público jovem e adulto, detector de um ecossistema de experiências de vida, essas características precisam vir muito bem alinhadas ao seu propósito de vida, para com sua Educação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, que consistiu na análise diante do relato de experiências da pesquisadora sobre o Sistema Eletrônico de Avaliação, à luz da metodologia da pesquisa-formação, pontuamos para a necessidade de refletir acerca dos procedimentos atuais adotados para a execução das provas eletrônicas do SEA. Enquanto uma política pública educacional do governo do estado do Amazonas, se consolidou para suprir as demandas escolares do público da Educação de Jovens e Adultos. Consistindo na realização de

provas no formato eletrônico, como retorno ao processo educacional do referido público, a vistas de sanar o seu direito negado à Educação.

O SEA através da realização do Exame Supletivo Eletrônico se propõe diante das necessidades dos candidatos da EJA, que em curto espaço de tempo sua formação educacional esteja devidamente concluída, e possa receber sua certificação da Educação Básica. Porém, mesmo sendo uma ação promissora regada de boas intenções, acaba transportando nas entrelinhas de sua realização, algumas lacunas que podem impactar nesse retorno à Educação pelo candidato. No sentido de perpetuar desistências do processo, de descredibilizar as ações do programa e não promover o candidato para uma formação educacional de qualidade.

Por fim, este estudo trouxe as suas relevâncias pessoal-profissional, acadêmico científica e social atrelados ao relato de experiências, para promover discussões sobre o tema em questão e instigar novas pesquisas mais aprofundadas, para a referida temática já que atestamos a ausência de estudos com o mesmo intuito. Pontuamos que o programa do SEA se reflete diante de uma necessidade social, e que agrega bons resultados para uma parcela de seus participantes, que dão prosseguimento aos seus projetos de vida estabelecidos. Contudo, pode ser reanalisado para tomada de novas decisões que potencializem seu processo como um todo, especialmente no desenvolvimento de competências para a vida e para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Resolução nº 241, de 09 de dezembro de 2015**. ART. 1º Aprovar a Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos - EJA, modalidade da Educação Básica, na forma presencial, semipresencial e do Sistema Eletrônico de Avaliação, operacionalizado pela **Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino**, por estar de acordo com as legislações vigentes; ART. 2º Esta Resolução entra em vigor após a publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República: Brasília, DF, 5 out 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidente da República/ Congresso Nacional**: Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

BRASIL. **Parecer nº 6, de 10 de dezembro de 2020.** Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=168151-pce_b006-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida e de professores:** a questão da subjetividade. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, 2002.

FREIRE, Paulo. **A máquina está a serviço de quem?** Revista BITS, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 6, 2001. Disponível em: <https://www.acervo.paulofreire.org/items/56acda0f-3ad1-4bc4-84f7-090001dc07f7>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Exemplar n 1405a. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 65. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

IBGE. **Censo 2022 População.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 10 de março de 2024.

IBGE. **Apresentação PNAD Contínua Educação 2022.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8100b5c6e47300b5b959_6ced07156eda.pdf. Acesso em: 13 de março de 2024.

INEP. **Painéis Estatísticos Censo Escolar Matrículas.** Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDdjNDk0MTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwic2ludCI6IjI2ZjczODk3LWw0YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiIj9>. Acesso em 13 de março de 2024.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; VÓVIO, Cláudia Lemos; PESCE, Lucila. **Inclusão e letramento digital na educação de jovens e adultos:** uma análise teórica sob a perspectiva decolonial. Revista Linguagem em Foco, v. 12, n. 2, p. 248-268, 2020.

JOSSO, Marie-Christine. **História de vida e projeto:** a história de vida como projeto e as histórias de vida a serviço de projetos. Educação e pesquisa, v. 25, n. 02, p. 11-23, 1999.

NÓVOA, António. **A formação tem de passar por aqui:** As histórias de vida no projecto prosalus. In: NÓVOA, A; FINGER, M. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde, p. 107-130, 1988.

PADILHA, Paulo Roberto et al. 50 olhares sobre os 50 anos da Pedagogia do Oprimido. **Pedagogia do oprimido: meio século de/pela resistência.** 1 ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002

UNIÃO EUROPEIA. Conselho C 189/01, de 22 de maio de 2018. **Jornal Oficial da União Europeia**. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)#:~:text=F%20em%20Bruxelas%2C%20em%2022%20de%20maio%20de%202018.&text=Todas%20as%20pessoas%20t%C3%AAm%20direito%20a%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e,transi%C3%A7%C3%B5es%20no%20mercado%20de%20trabalho](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)#:~:text=F%20em%20Bruxelas%2C%20em%2022%20de%20maio%20de%202018.&text=Todas%20as%20pessoas%20t%C3%AAm%20direito%20a%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e,transi%C3%A7%C3%B5es%20no%20mercado%20de%20trabalho). Acesso em: 15 de março de 2024.